

A GESTÃO AMBIENTAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUAS POSSIBILIDADES FINANCEIRAS

RESUMO

Desde que o mundo é mundo o meio ambiente tem sido explorado pelo homem. Inicialmente em busca apenas de sobrevivência, mas com o passar dos séculos e desenvolvimento da indústria esta exploração aumentou exponencialmente, a ponto de colocar em risco a sobrevivência da espécie humana no planeta. Diante desse contexto, tem emergido tanto na sociedade quanto por parte do governo a preocupação com o meio ambiente, forçando as organizações a adaptarem-se as novas regras de produção e comercialização de seus produtos e/ou serviços. No entanto, realizar ações de gestão ambiental tem sido visto pelos gestores de todos os portes de empresa, como um grande desafio, com destaque para os de micro e pequeno porte, que geralmente apresenta baixo capital disponível para investimento. Porém, é de suma importância uma nova postura, incluindo a gestão ambiental, diante disso, este estudo se justifica por buscar discutir tal questão, beneficiando as micro e pequenas empresas do Brasil, tendo em vista que objetiva identificar ações de gestão ambiental que podem ser realizadas pelas micro e pequenas empresas dentro de suas possibilidades financeiras.

**Prof. Doutoranda Thais Rubia
Ferreira Lepre**
UNOESTE
thaisrubia@unoeste.br

Aline da Silva Barcella
UNOESTE
alinebarcella@hotmail.com

Stefani da Silva Santos
UNOESTE
stefani-silva91@live.com

**SADSJ - South American Development
Society jornal – São Paulo, Brasil.**

Para tanto possui uma abordagem qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica como ferramenta de coleta de dados, e a análise destes através de análise de conteúdo. Deste modo, foi possível concluir que existe uma diversidade de ações ambientais de baixo custo que as micro e pequenas empresas podem realizar dentro das suas possibilidades financeiras, gerando assim diferencial competitivo.

Palavras-chaves: Gestão Ambiental; Micro e Pequenas Empresas; Baixo Custo.

ABSTRACT

The study on the link between marketing and neuroscience is recent and is creating a new subject called neuromarketing, but their findings are already being applied as a competitive advantage in various business sectors such as supermarkets, which have been increasingly using this type technique. In this sense, this article aimed to identify the neuromarketing techniques used at sales points of Brazilian supermarkets to encourage consumers at the time of purchase. This study was conducted through qualitative approach, with bibliographic research and content analysis, this article is justified by the importance of bringing knowledge of neuromarketing techniques for the supermarket sector in order to help them improve their sales through these actions. The results show that the supermarket has sought to upgrade its structures, layout and how to conquer their customers through neuromarketing technique in order and make them consume more. Neuromarketing is, today, crucial to the supermarket sector.

Keywords: Neuromarketing; Techniques; Supermarkets; Consumers.

INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos naturais acontece desde os primórdios, onde o ser humano utilizava o meio ambiente para produzir bens. E com o passar dos anos essa exploração veio aumentando, devido ao crescimento populacional e das indústrias, que a princípio estavam preocupadas apenas em expandir os negócios e a produção, consequentemente aumentando aos danos ao meio ambiente, devido à falta de uma cultura sustentável, e de conhecimento. A percepção de que os recursos estão ficando

cada vez mais escassos é recente, devido aos impactos ambientais que vem se intensificando.

Desse modo, surgiu à preocupação dos governantes e da sociedade civil em discutir a importância ambiental dentro das organizações, criando para elas regras e políticas socioambientais, com o intuito de conciliar o crescimento econômico com o meio ambiente, emergindo assim, a gestão ambiental dentro das empresas. Porém, a implantação desta é um desafio para as organizações, independente do segmento ou porte, devido à falta de conhecimento. Situação ainda mais difícil para as empresas de micro e pequeno porte, que além da ausência de conhecimento normalmente tem escassez de recursos para investimento na área. Diante disso, a problemática que este estudo pretende responder é: quais ações de gestão ambiental podem ser realizadas pelas micro e pequenas empresas brasileiras, dentro de suas possibilidades financeiras?

Sendo assim esta pesquisa trará formas de viabilizar a gestão ambiental sem a necessidade de realizar grandes gastos. Tendo em vista que objetiva identificar ações de gestão ambiental que podem ser realizadas pelas micro e pequenas empresas dentro de suas possibilidades financeiras. E os objetivos específicos recaem em: resgatar a história e conceituar gestão ambiental; levantar ações de gestão ambiental de baixo custo; e caracterizar micro e pequena empresa com destaque para suas possibilidades financeiras.

A necessidade de adaptação é emergente, no entanto, boa parte dos gestores ainda apresenta uma certa resistência em desenvolver políticas voltadas ao meio ambiente, isso porque, acreditam que demandará grandes investimentos, que micro e pequenas empresas não tem condição de realizar. Porém, é de suma importância uma nova postura, incluindo a gestão ambiental, tendo em vista que ela contribui com a sustentabilidade organizacional e garante uma melhor posição entre os concorrentes, tornando a organização bem vista pela sociedade consumidora. Diante disso, este estudo se justifica por buscar discutir tal questão, beneficiando as micro e pequenas empresas do Brasil com informações acerca do assunto.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUAS POSSIBILIDADES FINANCEIRAS

Os pequenos negócios empresariais são constituídos pelas micro e pequenas empresas que possuem um menor potencial econômico e segundo Sebrae-NA (2016)

correspondem a 6,4 milhões das organizações no Brasil, cerca de 99% das empresas gerando assim um diferencial na economia.

De acordo com Sebrae (2014, p.6) no relatório intitulado Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira:

As Micro e Pequenas Empresas já são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

Onde desenvolvem atividades com baixo rendimento de capital mas que estão se sobressaindo e gerando relevante movimentação na a economia do Brasil.

Diante disso as Micro e Pequena Empresa (MPEs) vem trazendo um diferencial para o mercado gerando assim benefícios financeiros. Ainda segundo o relatório Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira do Sebrae (2014, p.7):

As MPE geraram, em 2011, 27,0% do valor adicionado do conjunto de atividades pesquisadas (PIB). Esse percentual vem aumentando na série histórica, iniciada em 1985, quando esse indicador representava de 21,0% do valor adicionado (PIB), e em 2001, 23,2% [...] Em relação ao emprego, as MPE representavam 44% dos empregos formais em serviços, e aproximadamente 70% dos empregos gerados no comércio. Cerca de 50% das remunerações do setor formal de comércio foram pagas, em 2011, por MPE.

Com isso é importante este crescimento para fomentar o desenvolvimento econômico do país, pois estas organizações geram empregos em variados setores, tendo em vista a diversidade de suas áreas de atuação. E para caracterizar um negócio de micro ou pequeno porte, existem formas diferentes de classificação, sendo por faturamento e número de funcionários as mais usuais atualmente.

De acordo com a quantidade de funcionários, o Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa do Sebrae (2013) traz a seguinte classificação:

TABELA 1: Classificação dos estabelecimentos segundo porte

Porte	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa (ME)	Até 19 empregados	Até 9 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados
Empresa de médio porte	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
Grandes empresas	500 ou mais empregados	100 ou mais empregados

Fonte: Sebrae (2013)

Diante desta classificação é possível identificar se uma organização é ou não uma micro ou pequena empresa, apenas observando o número de colaboradores.

Outra forma de classificação, por faturamento, é descrita na Lei Complementar no 123/06 sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2006: “microempresa é aquela que fatura, anualmente, até 240 mil reais e empresa de pequeno porte, fatura de 240.000,01 mil reais a 2,4 milhões de reais”.

Deste modo se concentra o faturamento das micro e pequenas empresas. Que são pequenas, mas com uma característica dinâmica e menos burocrática e estão hoje disputando com organizações de maior porte.

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no texto intitulado Coordenação de Serviços e Comércio (2001, p.20) as principais características das MPEs são:

Baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade; demografia elevada; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

Assim é possível inferir que a maioria das características mencionadas e que são consideradas pontos fracos destas modalidades de negócio, só o são por causa da baixa intensidade de capital (condição comum as MPEs), como a mão-de-obra desqualificada, o baixo investimento em inovação tecnológica e o baixo capital de giro, devido a dificuldade de acesso a financiamentos.

Ideia compartilhada por Chér (1990), segundo ele a falta de recursos financeiros é característica destas modalidades de negócio, fato que as prejudica bastante, pois reflete em diversos aspectos de sua administração, inclusive na qualidade da mão-de-obra e das ferramentas de gestão. Ou seja, o gerenciamento nas micro e pequenas empresas é bastante condicionado a suas possibilidades financeiras.

Ainda de acordo com Chér (apud BRATIFICH, 2014, p.16):

É fato, inclusive, que o próprio empresário desconheça com exatidão suas reais necessidades de financiamento. Pode-se perceber que a gestão financeira é uma das causas de mortalidade das pequenas empresas, e motivo de reclamação dos gestores que possuem dificuldade ao buscar instituições de crédito, sem o planejamento adequado, onde financiamentos e empréstimos só colaboram para a falência do negócio.

Portanto, além das micro e pequenas empresas apresentarem baixo volume de capital, existe uma dificuldade de gerenciamento deste, devido a falhas nos controles por parte dos gestores e dificuldade na obtenção de financiamentos necessários para realizar investimentos. Sendo, em algumas situações a causa da mortalidade destes negócios.

GESTÃO AMBIENTAL

O assunto gestão ambiental é bem amplo, abrange diversas esferas, desde organizações, governos até a população em geral.

De acordo com Barbieri (2011, p. 19):

Administração ou gestão ambiental, ou simplesmente gestão ambiental, será aqui entendida como as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quanto evitando que eles surjam.

Disso, é possível inferir que a gestão ambiental compreende as atividades organizacionais voltadas para a sustentabilidade e para redução dos impactos no meio ambiente. Considerando que objetiva reduzir os danos causados pelos tempos modernos, em que a produtividade e o lucro vem arrasando o meio ambiente. Assim a gestão ambiental vem para acabar com o paradigma que a produtividade é sinônimo de destruição.

Para Dias, Zavaglia e Cassar (2003), a gestão ambiental é o principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável e ela pode ser aplicada a empresas de qualquer tamanho e em qualquer setor. Pois é de conhecimento de todos a emergência de atitudes positivas para se ter um mundo melhor e um meio ambiente mais sustentável.

HISTÓRIA DA GESTÃO AMBIENTAL

A partir dos anos 60 deu-se início as preocupações com os problemas ambientais no Brasil, com a escassez da matéria-prima, para viabilização dos processos industriais e o aumento da população, o meio ambiente passou por mudanças catastróficas, que prejudicaram a vida humana na terra.

Como afirma Naime (2012, p.01) “a partir da década de 60, começou a surgir a preocupação com os problemas ambientais. Em virtude de uma escassez de matérias-primas num futuro próximo”.

Em meados dos anos 70 as organizações apenas executavam o que era de suas obrigações. Acreditava-se que o desenvolvimento econômico e o meio ambiente não podiam caminhar juntos.

Nesta época (70) [...] as empresas atendiam somente as exigências legais dos governos, a chamada “agenda negativa” – forma como era representada até os anos 1970, principalmente por líderes empresariais e políticos, para assinalar que a preservação ambiental era contrária ao crescimento e desenvolvimento econômico– estava começando a deixar de existir. (COLBY, 1991, p. 193).

Já em 1972 (segunda fase da gestão ambiental) que vai até 1992, acontece em Estocolmo uma importante conferência denominada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que tinha como objetivo construir um mundo melhor, no qual os países desenvolvidos e os em desenvolvimento participaram, e apesar da diferença de pensamentos o resultado foi positivo.

Para Barbieri (2011, p. 30) “a Conferência de Estocolmo de 1972 deu uma contribuição significativa para gerar um novo entendimento sobre os problemas ambientais e o modo como a sociedade provê a subsistência [...]”.

Nos anos 80 com a globalização se acelerando as organizações passaram a se preocupar ainda mais com o desenvolvimento de seus negócios, e ao mesmo tempo com um ambiente sustentável.

Segundo Valle (2004, p. 76):

A Lei Federal nº 6.938, de 31-8-1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu o arcabouço do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e introduziu o conceito da responsabilidade objetiva. Por esse princípio se dispensa a prova da culpa pela poluição, ficando o causador do dano ambiental responsável por sua correção, independentemente de ter ou não culpa.

A partir dessa lei, foram criados sistemas com o objetivo de cuidar do meio ambiente. Dessa forma, fica dispensada a obrigação de provas de que foi ou não responsável pelo dano causado. Posto que a própria lei oferece ao Ministério Público agir na preservação do meio ambiente.

Nesta mesma linha foi criado em 22 de fevereiro de 1989, a partir da Lei nº 7.735, um órgão muito importante o IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, sendo o responsável pelo trabalho político e de gestão a SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente, onde tem os mesmos objetivos da Lei Federal nº 6.938, porém com um objetivo diferencial que é de se certificar do desenvolvimento econômico, mas com um senso do uso dos recursos naturais. Esse foi um grande passo, pois nessa época as organizações queriam crescer a qualquer preço de qualquer forma (IBAMA, 2015).

Já em 1992 (terceira e atual fase da gestão ambiental) aconteceu no Rio de Janeiro a Rio-92, Convenção Internacional para Melhoria do Clima com a participação de mais de 100 países, onde foi discutido sobre as condições do clima, o desenvolvimento e as agressões feitas ao meio ambiente.

De acordo com Maimon (1996, p. 09):

O desenvolvimento Sustentado passa a desempenhar o eixo dominante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92. Nesta Conferência, onde participaram 126 chefes de estado, a busca do Desenvolvimento Sustentado consta de todas as Convenções assinadas na ocasião: Convenção da Biodiversidade, da Floresta, da Mudança Climática e a agenda XXI, carta de compromisso para ações futuras.

Nessa Convenção foram aprovados diversos documentos para alcançar um mundo mais sustentável, um deles muito importante foi a Agenda 21. Que apresenta recomendações específicas para diferentes níveis de atuação, do internacional ao organizacional sobre assentamentos humanos, erradicação da pobreza, desertificação, água doce, oceanos, atmosfera poluição e outras questões socioambientais [...] (BARBIERI, 2011).

É um importante documento para a evolução do planeta, tendo como principal objetivo uma qualidade de vida melhor para o futuro, desde que seja com o uso dos recursos naturais utilizados de forma correta e sustentável.

Segundo Assis (2000), o problema é global, porém com as responsabilidades diferentes entre os países. Tendo em vista que alguns são mais industrializados e poluem mais, enquanto outros causam menos danos.

Para se ter um planeta melhor com uma boa gestão ambiental nas organizações e um desenvolvimento razoável é necessário a colaboração de toda a sociedade, que vai desde do ambiente interno ao externo das empresas.

Em 1997 foi aprovado o protocolo de Quioto que,

[...] procurou encontrar um mecanismo que conduzisse à retomada da sustentabilidade, tendo em vista os diferentes níveis de desenvolvimento em que encontram os vários países do mundo. Foram atribuídas responsabilidades específicas e diferenciadas pelo efeito estufa, levando-se em conta que os países mais industrializados são os que mais produzem gases de efeito estufa enquanto que os países em processo de desenvolvimento econômico apresentam uma quantidade maior de sumidouros naturais e emitem uma quantidade proporcionalmente bem menor desses gases. (ASSIS, 2000, p.56).

Nos últimos anos se observa uma enorme atenção as atitudes de gestão ambiental no qual muitas empresas estão cada vez mais provendo ações positivas que favorecem a natureza, no qual se obtém resultados satisfatórios.

Muitas foram as transformações dentro e fora das organizações, no entanto ainda existe empresas que não cumprem com seus deveres e obrigações quanto ao meio ambiente, e continuam realizando produção irregular, desmatamentos, construções em locais proibidos, enfim, a história da gestão ambiental mostra diversos avanços, mas ainda há muito a ser conquistado na busca pela proteção ao meio ambiente.

AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL DE BAIXO CUSTO

A partir dos anos 60 deu-se início as preocupações com os problemas ambientais no Brasil, com a escassez da matéria-prima, para viabilização dos processos industriais e o aumento da população, o meio ambiente passou por mudanças catastróficas, que prejudicaram a vida humana na terra.

Como afirma Naime (2012, p.01) “a partir da década de 60, começou a surgir a preocupação com os problemas ambientais. Em virtude de uma escassez de matérias-primas num futuro próximo”.

Em meados dos anos 70 as organizações apenas executavam o que era de suas obrigações. Acreditava-se que o desenvolvimento econômico e o meio ambiente não podiam caminhar juntos.

Nesta época (70) [...] as empresas atendiam somente as exigências legais dos governos, a chamada “agenda negativa” – forma como era representada até os anos 1970, principalmente por líderes empresariais e políticos, para assinalar que a preservação ambiental era contrária ao crescimento e desenvolvimento econômico– estava começando a deixar de existir. (COLBY, 1991, p. 193).

Já em 1972 (segunda fase da gestão ambiental) que vai até 1992, acontece em Estocolmo uma importante conferência denominada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que tinha como objetivo construir um mundo melhor, no qual os países desenvolvidos e os em desenvolvimento participaram, e apesar da diferença de pensamentos o resultado foi positivo.

Para Barbieri (2011, p. 30) “a Conferência de Estocolmo de 1972 deu uma contribuição significativa para gerar um novo entendimento sobre os problemas ambientais e o modo como a sociedade provê a subsistência [...]”.

Nos anos 80 com a globalização se acelerando as organizações passaram a se preocupar ainda mais com o desenvolvimento de seus negócios, e ao mesmo tempo com um ambiente sustentável.

Segundo Valle (2004, p. 76):

A Lei Federal nº 6.938, de 31-8-1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu o arcabouço do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e introduziu o conceito da responsabilidade objetiva. Por esse princípio se dispensa a prova da culpa pela poluição, ficando o causador do dano ambiental responsável por sua correção, independentemente de ter ou não culpa.

A partir dessa lei, foram criados sistemas com o objetivo de cuidar do meio ambiente. Dessa forma, fica dispensado a obrigação de provas de que foi ou não responsável pelo dano causado. Posto que a própria lei oferece ao Ministério Público agir na preservação do meio ambiente.

Nesta mesma linha foi criado em 22 de fevereiro de 1989, a partir da Lei nº 7.735, um órgão muito importante o IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, sendo o responsável pelo trabalho político e de gestão a SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente, onde tem os mesmos objetivos da Lei Federal nº 6.938, porém com um objetivo diferencial que é de se certificar do desenvolvimento econômico, mas com um senso do uso dos recursos naturais. Esse foi um grande

passo, pois nessa época as organizações queriam crescer a qualquer preço de qualquer forma (IBAMA, 2015).

Já em 1992 (terceira e atual fase da gestão ambiental) aconteceu no Rio de Janeiro a Rio-92, Convenção Internacional para Melhoria do Clima com a participação de mais de 100 países, onde foi discutido sobre as condições do clima, o desenvolvimento e as agressões feitas ao meio ambiente.

De acordo com Maimon (1996, p. 09):

O desenvolvimento Sustentado passa a desempenhar o eixo dominante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92. Nesta Conferência, onde participaram 126 chefes de estado, a busca do Desenvolvimento Sustentado consta de todas as Convenções assinadas na ocasião: Convenção da Biodiversidade, da Floresta, da Mudança Climática e a agenda XXI, carta de compromisso para ações futuras.

Nessa Convenção foram aprovados diversos documentos para alcançar um mundo mais sustentável, um deles muito importante foi a Agenda 21. Que apresenta recomendações específicas para diferentes níveis de atuação, do internacional ao organizacional sobre assentamentos humanos, erradicação da pobreza, desertificação, água doce, oceanos, atmosfera poluição e outras questões socioambientais [...] (BARBIERI, 2011).

É um importante documento para a evolução do planeta, tendo como principal objetivo uma qualidade de vida melhor para o futuro, desde que seja com o uso dos recursos naturais utilizados de forma correta e sustentável.

Segundo Assis (2000), o problema é global, porém com as responsabilidades diferentes entre os países. Tendo em vista que alguns são mais industrializados e poluem mais, enquanto outros causam menos danos.

Para se ter um planeta melhor com uma boa gestão ambiental nas organizações e um desenvolvimento razoável é necessário a colaboração de toda a sociedade, que vai desde do ambiente interno ao externo das empresas.

Em 1997 foi aprovado o protocolo de Quioto que,

[...] procurou encontrar um mecanismo que conduzisse à retomada da sustentabilidade, tendo em vista os diferentes níveis de desenvolvimento em que encontram os vários países do mundo. Foram atribuídas responsabilidades específicas e diferenciadas pelo efeito estufa, levando-se em conta que os países mais industrializados são os que mais produzem gases de efeito estufa enquanto que os países em processo de desenvolvimento econômico apresentam uma quantidade maior de sumidouros naturais e emitem uma quantidade proporcionalmente bem menor desses gases. (ASSIS, 2000, p.56).

Nos últimos anos se observa uma enorme atenção as atitudes de gestão ambiental no qual muitas empresas estão cada vez mais provendo ações positivas que favorecem a natureza, no qual se obtém resultados satisfatórios.

Muitas foram as transformações dentro e fora das organizações, no entanto ainda existe empresas que não cumprem com seus deveres e obrigações quanto ao meio ambiente, e continuam realizando produção irregular, desmatamentos, construções em locais proibidos, enfim, a história da gestão ambiental mostra diversos avanços, mas ainda há muito a ser conquistado na busca pela proteção ao meio ambiente.

AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL DE BAIXO CUSTO

Para implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA) é necessário muitas vezes um alto investimento, no qual as grandes empresas se destacam por terem condições financeiras melhores que as de micro e pequeno porte, onde essas organizações conseguem lidar com todas as questões burocráticas desde a instalação, administração até as questões jurídicas. No entanto, é possível as micro e pequenas empresas em realizar uma boa gestão ambiental dentro das suas possibilidades financeiras.

De acordo com Maimon (1996, p. 72), “um sistema de gestão ambiental pode ser definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente”.

Um SGA aparece para gerar um equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, onde é um conjunto de atividades e políticas da organização para obter um melhor desenvolvimento de seus processos e desempenho ambiental.

Buscando sensibilizar as pequenas quanto à gestão ambiental e às novas oportunidades de negócios do ecobusiness, e, ainda minimizar os custos de implantação, foi formada em 1995 uma parceria entre o SEBRAE, o Instituto Pró-Natura e a Unesco. Além da sensibilização sobre novas oportunidades de recursos humanos, objetivou-se divulgar informações sobre novas oportunidades de negociações e de financiamentos subsidiados para implantação de uma gestão ambiental. (MAIMON, 1996, p. 62).

Essa parceria oportunizou as micro e pequenas empresas a possibilidade de desenvolver ações voltadas ao meio ambiente, com isso elas retiram uma parte do seu lucro para subsidiar alguns projetos de gestão ambiental.

Já que fica muito caro ter um SGA, as micro e pequenas empresas podem estabelecer novas regras e práticas de gestão ambiental de baixo custo, onde não serão necessários investimentos altos apenas a colaboração de seus funcionários em geral.

Segundo o site Curupira (2015), boas práticas de gestão ambiental podem ser adotadas pelas empresas, sendo elas: menor consumo de água – instalação de sanitários que utilizam pouca água para descarga ou reaproveitar água da chuva para os sanitários; economia de energia – aquisição de lâmpadas econômicas, manter luzes apagadas em ambientes ociosos, ligar máquinas e equipamentos *somente na hora da utilização; otimização de papel para documentos; impressão nos dois lados da página e aproveitamento de impressões para rascunho.*

Ações a serem adotadas pelas micro e pequenas empresas como a economia de podem ser aplicadas sem a necessidade de altos recursos financeiros, e consequentemente terão um resultado positivo em seus procedimentos.

A prevenção da poluição é uma outra ação que as micro e pequenas empresas dispõem de recursos para realizar, o qual consiste em um processo de readaptação da matéria-prima, reaproveitamento de resíduos, reciclagem e a integração com o meio ambiente.

De acordo com Barbieri (2011, p. 110):

A prevenção da poluição aumenta a produtividade da empresa, pois a redução de poluentes na fonte significa recursos poupados, o que permite produzir mais bens e serviços com menos insumos. Os resultados esperados de um programa de prevenção da poluição são os mesmos de qualquer programa de redução de custo ou melhoria da produtividade, por exemplo, redução dos custos com matérias e energia, economia na disposição final dos resíduos, redução dos passivos ambientais, melhora geral das condições de trabalho e da imagem da empresa.

Prevenir sempre é a melhor opção e em relação ao meio ambiente o mais importante, no qual as empresas devem atuar nos processos e procedimentos dos produtos ou serviços para evitar ou diminuir a poluição. Dessa forma, alcançarão uma produção mais limpa e eficiente, com a economia de energia e matéria-prima.

Outra ação de baixo custo é a reciclagem onde é possível obter resultados lucrativos para a organização, pode ser reciclado de alguma forma podendo ser usado de outros modos, jornais e revistas, garrafas pet, embalagens em geral, metais, enfim

tudo pode ser reciclado. Sendo a reciclagem uma das ações de baixo custo mais simples e com resultados excelentes.

De acordo com Valle (2004, p. 114), “a reciclagem é a solução mais indicada para materiais de fácil reprocessamento e fácil comercialização, que podem retornar ao mercado na forma de matérias-primas recicladas”.

A reciclagem é o modo mais acessível para reaproveitar matérias que iriam para o lixo, no qual podem ser reciclados e utilizados para fazer outros produtos que voltarão para o mercado e serão comercializados no formato de produto reciclável, assim atinge os objetivos de reciclagem e uma boa gestão ambiental.

Outra opção de ação de baixo custo, de acordo com estudos realizados por Barbieri (2011, p. 112) é a reorganização, limpeza e padronização do local de trabalho:

A prática da prevenção pode ser iniciada em uma parte do processo produtivo que não exija investimentos elevados e gere muitos desperdícios. Algumas práticas podem ser realizadas com relativa facilidade e baixo custo, por exemplo, usando boas práticas de housekeeping (organização do local de trabalho, limpeza arrumação sistêmica e padronização) redesenho dos produtos, revisão do layout do chão da fábrica, manutenção preventiva, gestão de estoque e outras práticas conhecidas de administração da produção e operações.

Para iniciar práticas de prevenção ao meio ambiente nas empresas não é necessário ter um momento certo, pode ser a qualquer hora, com ações de baixo custo onde pode ser realizada a reorganização nos procedimentos, no qual poderá ser criado um calendário de limpeza geral da empresa, distribuição dos afazeres diários, manutenção de máquinas e equipamentos, contribuindo com a preservação do meio ambiente, ao passo que os pequenos gestos de qualquer área da empresa, quando somados tornam-se grandes ações, fazendo no presente a fim de garantir um futuro mais sustentável.

Uma outra alternativa para a obtenção de um ambiente melhor são os 4R's, onde as micro e pequenas empresas podem aderir.

De acordo com estudos realizados por Valle (2004, p. 96):

[...] Em vez de simplesmente dispor seus resíduos, o homem passou a procurar alternativas mais lógicas, que se pressupõem a reciclar, reusar, reduzir ou até mesmo eliminar a geração dos resíduos, contribuindo, cada uma dessas alternativas, em escala crescente, para a solução efetiva do problema. Criou-se então o conceito 4 R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Através da utilização dos 4'Rs é possível conquistar um ambiente sustentável, por meio de ações de baixo custo financeiro de acordo com as necessidades da organização. A partir da prática dos 4'Rs as micro e pequenas empresas poderão obter melhores resultados, sendo mais eficientes e eficazes. Onde repensar, reduzir, reutilizar e reciclar são alternativas de fácil acesso sem a necessidade de altos investimentos, pelo fato que apenas será realizado uma reorganização das tarefas/atividades da empresa para não agredir o meio ambiente e consequentemente obter melhores lucros, sendo uma organização positiva perante as regras que o governo impõe e as próprias leis da organização.

Uma vez que a preocupação do meio ambiente passar a ser adotada por uma empresa, deve ser de maneira clara e objetiva para todos dentro da organização e principalmente para o que estão fora (clientes e consumidores) onde esses são os mais interessados da forma como lidam com a preservação do meio ambiente. Com uma boa gestão ambiental inserida na empresa existe a possibilidade de aumento de lucros e o meio ambiente será conservado.

Pelo fato das micro e pequenas empresas não ter condições de implantar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), estas podem fazer alterações desse sistema e aderir um programa de gestão ambiental mais simples. Com a colaboração de todos a organização consegue a redução de gastos como energia, papel, água, enfim, são ações pequenas mas que podem se tornar grandes para o meio ambiente e a sociedade, onde todos precisam uns dos outros para sobreviver; assim com a conscientização e colaboração, é possível ter um mundo sustentável.

METODOLOGIA

Este artigo é de abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995, p.21).

[...] a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Esta abordagem foi escolhida para este artigo, justamente pelo fato de permitir executar a pesquisa de modo mais interpretativo, livre do contexto com uma

abordagem mais simples do que já foi pesquisado, destacando autores que expressam opiniões diversas sobre o assunto.

Neste sentido, a técnica de coleta de dados utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde foram realizados estudos com informações já publicadas, disponibilizadas através de livros, artigos e sites importantes.

"A pesquisa bibliografia é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres" (KÖCHE, 2002, p.122).

E como forma de explorar ao máximo os dados coletados através do emprego desta técnica, realizou-se uma análise de conteúdo. Conforme explica Gomes (2007, p. 84) "[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado". Ou seja, esta análise possibilitou chegar próximo da descoberta de algo, indo além do que parece ser, para de fato o que realmente é.

CONCLUSÕES

Diante das exigências atuais com relação a preservação ambiental e dos desafios para sua viabilização, este artigo se propôs a identificar ações de gestão ambiental que podem ser realizadas pelas micro e pequenas empresas dentro de suas possibilidades financeiras. E ao longo das seções, foi possível perceber que a intensificação da preocupação com meio ambiente vem ocorrendo no contexto empresarial devido as exigências governamentais e da sociedade. Além disso, ao longo do tempo foi criada a Conferencia Das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, com a finalidade de que todos os países (sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento), se adequem a um novo modelo de gestão, incluindo a sustentabilidade.

Diante disso a realização de ações de gestão ambiental nas organizações brasileiras tem sido percebida com necessária, no entanto, é tida como um grande desafio, para maioria das empresas, independente do porte, em especial para as micro e pequenas que apresentam limitação de capital para investimento em algo além do necessário para realização das suas atividades básicas.

Entretanto com este artigo foi possível concluir que a baixa disponibilidade de recursos para investimento não é um limitador para estas empresas, tendo em vista

que elas podem realizar ações de gestão ambiental de baixo custo como: economia de energia, água, papéis, uso consciente de computadores, separação de lixo, readaptação da matéria prima, reorganização, limpeza no local de trabalho, utilização dos 4R's (repensar, reduzir, reutilizar e reciclar).

Portanto, conclui-se que as MPEs também podem trazer para sua gestão ações de gestão ambiental, onde suas atividades serão realizadas de acordo com seu capital.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. C. **Brasil 21: uma nova ética para o desenvolvimento** (CREA-RJ). 5. ed. revisada. Abril de 2000.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3.ed. atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. [Lei 6938](#) de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>. Acesso em: 19 nov. 2015.

BRASIL. **Lei Complementar**. Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Presidência da República. Casa Civil–Subchefia de assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 25 fev. 2016.

BRATIFICH, M. H. **Gestão de Microempresas e suas dificuldades: estudo de caso**. 2014. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Oeste Paulista.

CAMPOS, L. M. S. **Sistemas de Gestão Ambiental para Pequenas Empresas: uma comparação entre as Visões das Grandes Empresas Certificadas, dos Implementadores e das Pequenas Empresas**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2006/2006_ENEO74.pdf. Acesso em: 21 set. 2015.

CURUPIRA. **Gestão Ambiental. Vamos Falar de Boas Práticas**. Disponível em: <http://welcome.curupira.com/blog/gestao-ambiental-boas-praticas/>. Acesso dia 13 out. de 2015.

GIOVANETTI, S. **VI Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Gestão Ambiental em Micro e Pequenas Empresas, uma proposta metodológica**. Estudo De caso. Recife/PE 14 a 16 de Abril de 2010. 15 f. Disponível em: <http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/recife/PE317.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3_a04v35n3.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-107.

IBAMA. **Histórico Ibama**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/aceso-a-informacao/historico>. Acesso em: 25 out. 2015.

IBGE. **As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil**. 2001. Coordenação de Serviços e Comércio. – Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Pag. 20. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf. Acesso 25 Fev. 2016.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

MAIMON, D. **Passaporte Verde: Gestão Ambiental Competitividade**. Qualitymark Editora. Rio de Janeiro, 1996.

NAIME, R. **Histórico da Moderna Gestão Ambiental**. Disponível em: <http://redemoinho.coop.br/blog/historico-da-moderna-gestao-ambiental-artigo-de-roberto-naime>. Acesso em: 20 out. 2015.

NOVAIS, V. M. S. **Desafios para uma efetiva gestão ambiental no Brasil**. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/4h.pdf>. Acesso em 18 nov. 2015.

NETO, S. P. C. **Gestão Ambiental Boas Práticas em TI Verde**. Trabalho apresentado ao 1º Período do Curso Superior de Ciência da Computação das Faculdades Integradas Espírito Santenses – disciplina Sociologia orientador Lourival Antônio Cristofolletti. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABAXsAJ/gestaoambiental>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SABBAGH, R. B. **Gestão Ambiental**. Governo do Estado de São Paulo. Secretária do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2011/10/16_GestaoAmbiental.pdf. Acesso em: 30 nov. 2015.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**. 6. ed. São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf > . Acesso em: 18 Fev. 2016.

SEBRAE. **Pequenos Negócios em Números**. Disponível em: http://www.sebraesp.com.br/index.php/234uncategorised/institucional/pesquisas_sobre-microe-pequenasempresaspaulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros. Acesso em: 25 Abr. 2016.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 26 Abr. 2016.

SILVA, N. N. O. **Gestão Ambiental Empresarial**. 2007. 64 f. Monografia (Especialização) – Centro de Excelência em Turismo –CET, Universidade de Brasília

UnB. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/199/1/2007NaterciaOliveiraSilva.pdf>. Acesso em 24 set. 2015.

VALLE, C. E. **Qualidade Ambiental**. ISO 14000. 5. ed. São Paulo. 2004.